



ISSN 1984-5634

DOSSIÊ

TRANSFORMAÇÕES DAS PAISAGENS NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA: UMA ANÁLISE DA DERRUBADA FLORESTAL E INTRODUÇÃO DO CULTIVO DA MAÇÃ NO MUNICÍPIO DE VACARIA-RS

Transformations of landscapes in the fields at the top of the mountain: an analysis of forest devastation and the introduction of apple cultivation in the municipality of Vacaria-RS

ANDRÉA PAGNO PEGORARO¹

RESUMO

O presente estudo busca analisar de que modo as paisagens são modificadas entre o final do século XIX e o decorrer do século XX no município de Vacaria-RS, evidenciando os processos de exploração das florestas com araucárias aliado ao desenvolvimento de práticas de reflorestamento. Ressalta-se ainda os impactos ambientais resultantes da inserção das espécies exóticas *Pinus elliottii* e Eucalipto na região, assim como as práticas de reflorestamento com araucárias ligadas a renovação de recursos naturais para exploração da madeira. Analisa-se também o início do cultivo de frutíferas e a introdução de um dos principais produtos econômicos da região: a maçã. Entre as fontes utilizadas estão inventários *post-mortem*, registros paroquiais, o jornal *Correio Vacariense*, Revista Vacaria dos Rodeios e relatos de viajantes. A metodologia de pesquisa baseia-se na análise qualitativa dos dados que auxiliem na compreensão das dinâmicas relacionadas às interações entre os grupos humanos com a natureza, considerando as atividades econômicas, culturais e sociais.

PALAVRAS-CHAVES: Paisagens; Vacaria; Devastação Florestal; Fruticultura.

ABSTRACT

The present study seeks to analyze how landscapes were modified between the end of the 19th century and the course of the 20th century in the municipality of Vacaria, highlighting the processes of exploration of the Araucaria forests combined with the development of reforestation practices. It is also worth highlighting the environmental impacts resulting from the insertion of the exotic species *Pinus elliottii* and Eucalyptus in the region, as well as the reforestation practices of araucaria trees linked to the renewal of natural resources for timber exploitation. It also analyzes the beginning of the cultivation of fruit trees in the region and the introduction of one of the region's main economic products: the apple. Among the sources used are post-mortem inventories, parish records, the newspaper *Correio Vacariense* and traveler reports. The research methodology is based on the qualitative analysis of data relevant to the comprehension of the dynamics related to the interactions between human groups and nature, considering economic, cultural and social activities.

KEYWORDS: Landscapes; Vacaria; Forest Devastation; Fruit Growing.

GERÊNCIA EDITORIAL:

Bruna Cristina Oliveira Pupe
Pedro Haas Zanotto

SUBMETIDO: 30/01/2025

ACEITO: 22/09/2025

COMO CITAR:

PEGORARO, A. P.
Transformações das paisagens nos Campos de Cima da Serra: uma análise da derrubada florestal e introdução do cultivo da maçã no município de Vacaria-RS. *Aedos*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 47-65, jan.-jun., 2025.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), bolsista CAPES, membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR), orientanda do Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4967-4455>. E-mail: apagnopegoraro@gmail.com

INTRODUÇÃO

As paisagens são espaços dinâmicos onde as interações humanas alteram constantemente sua fisionomia, processo que pode envolver a retirada de recursos necessários à sobrevivência ou resultar em terríveis danos ao meio ambiente. O conceito de paisagem que abarca as características de análise das transformações dos espaços geográficos precisa ser considerado em suas particularidades, englobando não apenas os aspectos visíveis em um âmbito externo, mas adentrar aos espaços subjetivos da memória e suas narrativas.

A paisagem constitui, em nossos estudos, um conjunto de informações que estão presentes em aspectos da memória, permeados pela subjetividade, permitindo recordar sons, cheiros, texturas, despertar sentimentos e sensações. Precisamos considerar ainda que, as paisagens são espaços em constante transformação, permitindo compreender através de seus estudos contextos sociais, mudanças de mentalidades, atividades culturais e práticas econômicas existentes em um determinado momento histórico. A abordagem de análise das paisagens proposta no presente estudo tem como objetivo relacionar os conhecimentos históricos e geográficos acerca do processo de transformações das paisagens no estado do Rio Grande do Sul, na região compreendida pelos Campos de Cima da Serra, tendo como objeto de análise central o atual município de Vacaria.

A vegetação dos Campos de Cima da Serra apresenta áreas de campos e florestas, o que permitiu o desenvolvimento de atividades econômicas diversificadas, entre as quais inicialmente destacou-se a criação de gado bovino com predominância de grandes fazendas pecuaristas. Com a chegada dos imigrantes italianos se desenvolveu outra atividade de grande importância econômica para a região: a exploração madeireira. As primeiras serrarias foram destinadas a suprir as necessidades básicas dos colonos, com construção de casas e confecção de móveis no final do século XIX, mas com o aumento da demanda pela comercialização a extração de madeira tornou-se uma atividade rentável atraindo novos investimentos.

A abordagem metodológica da pesquisa consiste na análise qualitativa de fontes que auxiliem na compreensão do contexto de construção das paisagens no município de Vacaria-RS, considerando diferentes períodos históricos. Os inventários *post-mortem* são importantes fontes, pois nos permitem conhecer através de suas descrições o que havia nas fazendas, rebanhos, casas, móveis, utensílios domésticos, ferramentas de trabalho, entre outros, indicando a presença de áreas de cultivo, moinhos, além de descrições do relevo e vegetação. Os registros paroquiais, assim como os autos de medições de propriedade nos fornecem informações detalhadas dos aspectos de vegetação e relevo, além de informações adicionais sobre aspectos naturais, como hidrografia e composição dos solos.

As reportagens de jornais utilizadas nesta pesquisa foram selecionadas a partir do recorte histórico estudado e informações que se desejou aprofundar. A análise da produção jornalística foi realizada através da leitura da reportagem e estudo do contexto histórico. Os relatos de viajantes também apresentam descrições importantes das paisagens, ressaltando a presença humana e suas interferências nos ambientes naturais, extrativismo, criação de animais, entre outros aspectos.

A DERRUBADA DAS FLORESTAS COM ARAUCÁRIAS NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA

As transformações nas paisagens decorrentes de processos de desmatamento florestal constituem tema essencial para compreender as relações entre sociedade e natureza. Sua análise a partir de um contexto histórico possibilita refletir acerca das dinâmicas humanas de adaptações a diferentes espaços e os reflexos gerados no meio ambiente. Os grupos sociais operam através de diferentes percepções, sendo influenciados diretamente pelos aspectos culturais que norteiam condicionamentos, modos de vida e desenvolvimento econômico. No entanto, os seres humanos dependem diretamente da natureza da qual retiram os recursos essenciais para sobrevivência. Os modos de exploração da natureza sofreram variações a partir dos contextos históricos em que se procederam, considerando questões como contingente populacional, modos de produção, cultura, religiosidades, necessidades econômicas e de sobrevivência. Barbosa (2013, p. 02), considera que “a paisagem é produto como também suporte da cultura, porque é veículo de mitos, tradições, valores”. Assim, as paisagens são construídas a partir das relações com as sociedades que as ocupam. Nesse sentido, a história ambiental busca compreender o processo de interação entre os grupos humanos e a natureza. Para Corrêa (2015, p. 262) a paisagem pode ser entendida como uma percepção, uma concretude ou uma representação, existindo:

O predomínio no caso do primeiro, de perspectivas que desprezam a relação entre a representação e o objeto real representado, os elementos naturais e, no segundo prevalece a consideração à realidade material. Ou seja, enquanto no primeiro caso se permanece no aprofundamento da representação, no outro se considera paisagem um conjunto pré-existente ao pensamento e se aprofunda na forma enquanto uma concretude.

De acordo com a autora a metodologia utilizada para a análise das paisagens estudadas define o modo como o historiador irá interpretar a sua fonte. Nesse sentido, cada olhar pode trazer diferentes percepções sobre a mesma paisagem, ajudando a compreender não apenas os aspectos objetivos, mas também os subjetivos. O recorte utilizado para fotografar define o espaço que o autor buscou ressaltar, no entanto, sua representação pode ocultar diversas informações. Estudar uma paisagem exige do historiador mais do que percepção visual do contexto representado, mas conhecimentos acerca da região estudada que permitam compreender seus aspectos sociais, econômicos e culturais. A paisagem está principalmente relacionada a memória, comportando construções de pensamentos, crenças, costumes, fatos e identidades de pessoas que com elas interagiram, Schama (1996, p. 16-17), considera que:

Se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas.

Conforme explicado pelo autor, as paisagens são permeadas de memórias e estas devem ser consideradas pelo historiador em suas análises, evidenciando-se aspectos das narrativas das sociedades que com ela interagiram. Interpretar uma paisagem, portanto, exige o cuidado do afastamento para não comprometer os estudos com concepções subjetivas, por outro lado, requer reconhecer as trajetórias das sociedades que habitaram determinados espaços e o uso que deles fizeram.

Para o pesquisador Marcos Gerhardt (2012, p. 02), a análise da paisagem precisa considerar o contexto da presença humana. Assim, “a paisagem é natural, seguramente, mas muito dela é criação e constante reconstrução feita pelos grupos sociais humanos. Ela tem, portanto, uma dimensão temporal, histórica e cultural”.

A História Ambiental busca contribuir para as discussões acerca das interações entre as sociedades humanas e a natureza, integrando suas análises aos estudos geográficos e biológicos. Gerhardt (2009, p.02) considera que “é precisamente uma abordagem que aproxime os olhares biológico, geográfico, social, histórico e ambiental que a História Ambiental propõe, ou seja, uma perspectiva necessariamente socioambiental” (Gerhardt, 2009, p. 02). Nesse contexto Carlin (2019, p. 30) ressalta que “a História Ambiental pode contribuir ao reconstruir os usos e o processo de transformação das paisagens dos campos e florestas no passado, possibilitando a percepção da inter-relação homem-natureza, buscando compreender a transformação ocasionada no ecossistema”.

O estudo socioambiental das transformações das paisagens, portanto, tem como objetivo promover um diálogo entre as diferentes áreas de estudos sobre natureza e sociedade, através de um enfoque multidisciplinar. Analisar de que modo as paisagens foram modificadas pela ação humana através do olhar da História Ambiental nos permite compreender as interrelações entre os grupos humanos e o espaço natural, evidenciando os impactos resultantes da exploração predatória. Carlin (2019, p. 31) ressalta que:

Estudar as transformações das paisagens a partir da História Ambiental, propicia uma dimensão dialógica e dialética do passado em relação ao cotidiano, problematizando e tencionando ideias que favoreceram as mudanças envolvendo homem e natureza nessa teia que vem formar uma historicidade, compreendida pelo viés das características ambientais desse espaço.

Conforme destacado por Carlin, as paisagens nos mostram perspectivas sobre a passagem do tempo, permitindo analisar historicamente o contexto de mudanças culturais, econômicas e seus reflexos nos meios habitados. Os impactos culturais resultantes da presença humana na natureza podem ser evidenciados através das alterações das paisagens, por outro lado, as paisagens transformadas também são fatores que desencadeiam novos padrões de pensamento. As florestas com araucárias, atualmente se encontram escassas no Rio Grande do Sul, todavia, estudos indicam que se não houvesse ocorrido interferências humanas, o seu desenvolvimento se estenderia para as áreas de campos, com aumento gradativo de sua ocupação. O geógrafo Ab’ Saber (2021, p. 101) explica que:

A composição dessa paisagem de planaltos subtropicais, dominados por araucárias e eventuais campos de altitude, não foi simples. Os estudos paleoclimáticos disponíveis apontam para um quadro anterior, onde predominavam estepes geradas em condições muito secas e bem mais frias. Um cenário que envolvia solos sub-rochosos e eventualmente pedregosos nos planaltos interiores, com ausência de bosques subtropicais e reduzida presença de araucárias.

Como apontando por Ab’Saber, a formação das florestas de araucárias acontece cronologicamente em um período de tempo posterior a presença de campos, de modo que seu desenvolvimento foi condicionado por mudanças ambientais. Nesse sentido, podemos salientar que a sociedade humana interfere diretamente no processo de desenvolvimento natural das vegetações, impossibilitando que a natureza siga seu próprio percurso de mudanças. A presença de araucárias na região estudada

desempenhou importante papel para o início da exploração das florestas, sendo sua qualidade ressaltada pelos colonizadores que a utilizavam na fabricação de móveis, casas, barris para estocagem do vinho, caixões, entre outros produtos. Sobre a instalação das serrarias Carlin (2019, p. 82) destaca que:

Muitas serrarias não eram proprietárias das terras nas quais exploravam os pinheirais. Era comum que adquirissem apenas as árvores. Muitas compras eram legalizadas e registradas em cartório através de contratos particulares. Um exemplo pode ser encontrado no tabelionato de Palmas, em uma averbação onde os proprietários da fazenda procuram a justiça para desfazer o contrato com a serraria.

Como apontando por Carlin, o investimento madeireiro nem sempre era realizado em matas de propriedade dos exploradores, que por vezes, firmavam acordos com os fazendeiros para compra de árvores ou instalavam as serrarias em áreas particulares, dividindo os lucros com seu proprietário. De acordo com pesquisas realizadas por Rossi, Moretto e Nodari (2012, p. 04) “O desmatamento na floresta com araucária começa a ocorrer de maneira mais intensa no final do século XIX. No Rio Grande do Sul, especificamente, este aumento é paralelo a imigração para as áreas de floresta do Estado”. Na região estudada as explorações florestais passam a ocorrer com a chegada dos imigrantes italianos que se instalam primeiramente em municípios próximos onde iniciam o abate de árvores nativas. A figura 1 mostra uma área de floresta nativa preservada.



Figura 1: Campos e florestas com araucárias.
Fonte: Pegoraro (2022).

Segundo Vieira (1985, p. 132) “A imigração italiana, subindo o planalto nos seus primeiros estágios, caracterizou uma dinâmica de colonização tipicamente florestal. A interiorização para o norte a colocou em contato com os campos de Vacaria”. A necessidade de encontrar fontes de recursos para subsistência, assim como espaços onde pudesse habitar e trabalhar levou o imigrante a um território até então pouco explorado. Ao adentrar as florestas, o imigrante italiano encontrou a matéria-prima de que necessitava para desenvolver a atividade madeireira, a qual possuía conhecimentos. A iniciativa dos grupos estrangeiros, no entanto, carrega uma simbologia criada pela configuração do mito do desbravador incansável, que trabalha sem reclamar das dificuldades e que possui domínio sobre a natureza. Desse modo surge o pensamento de que:

A natureza deveria ser controlada pela força do trabalho humano, demonstrando o triunfo do empreendimento. Inicialmente os imigrantes desmatavam para implantar a lavoura. As colonizadoras, no começo da imigração, lucravam com a retirada e venda das árvores. O desmatamento na Floresta de araucária foi diferente do restante da Mata Atlântica por diversos motivos. Além da retirada para a produção agrícola, a extração principalmente da araucária tornou-se importante fonte de renda, tão importante a ponto de ser considerada um *Commodity* (Rossi; Moretto; Nodari, 2012, p. 4).

Havia, portanto o pensamento de que os espaços de florestas deveriam ser superados pelos desbravadores, responsáveis por promover o progresso econômico e abrir caminhos para o desenvolvimento. Em um primeiro momento a retirada da vegetação possuía o viés de abertura de espaços para cultivo, todavia, as demandas comerciais e os conhecimentos de marcenaria dos colonizadores promoveram as condições necessárias para o crescimento das serrarias. O viajante Lindman (1974, p. 221-222) descreve as florestas com araucárias como “uma mata alta que pela maior parte se assemelha essencialmente às outras matas grandes do país, mas que difere delas por causa da sua mistura de araucária. Esta é a maior de todas as árvores florestais” (Lindman, 1974, p. 221). O autor ressalta ainda que, no interior da mata fechada se encontram as araucárias mais velhas “tão densamente quanto possível, isto é, as suas copas se tocam; mas como tanto a sua altura como a sua largura são colossais, o interior desta mata é menos denso e mais claro do que o da mata virgem comum” (Lindman, 1974, p. 221). A descrição do viajante mostra a existência de árvores de grandes dimensões, cujas origens centenárias se destacam pela circunferência e altura.

No dia 24 de janeiro de 1987 o jornal *Correio Vacariense*, publicou uma reportagem homenageando a empresa Itacolomi, uma das madeireiras que tendo surgido durante o auge das atividades madeireiras havia se consolidado, estabelecendo filiais e expandido sua atuação para o comércio de tintas e automóveis. De acordo com o texto, a madeireira iniciou suas atividades no dia 02 de abril de 1949, data de sua transferência de Caxias do Sul para Vacaria agregando novos sócios a empresa, entre os quais Apolinário Rodrigues Adames e Adão Scheleder Adames. Em 1987, ano em que a matéria foi divulgada a madeireira contava com aproximadamente 3.600 metros quadrados de área construída, beneficiando madeiras de pinho, *Pinus elliottii* e Madeiras de Lei. Além dos municípios do Rio Grande do Sul, a produção era comercializada com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e sul do Pará. O jornal destaca que a empresa contava com alta tecnologia em equipamentos, possuindo também máquinas para emendar madeiras com controle eletrônico, o que proporcionava um aproveitamento total da madeira. O trabalho na indústria funcionava em dois turnos em um total de 18 horas, com 75 funcionários efetivos e outros exercendo atividades indiretas.

Em 1974 a empresa se estabelece na área industrial do município, ocupando 44.733 metros quadrados, adquirindo instalações e equipamentos, dando continuidade ao trabalho de industrialização de toras de pinho, madeiras de lei e *Pinus elliottii*. Entre as produções da empresa estavam a confecção de bins e pallets para a colheita da maçã, assim como caixas para embalagens vendidas também para produtores de maçãs de outras regiões. A empresa passou a se especializar na fabricação de “pré-cortados para móveis e embalagens especiais para exportação” (Correio Vacariense, 1987). A madeireira possuía 80 empregados e a expectativa era de que o espaço físico fosse ampliado aumentando o número de funcionários. A reportagem ressalta a contribuição do grupo Itacolomi para o desenvolvimento econômico do município e sua participação na geração de empregos. Sobre a exploração da madeira, Cabral e Cesco (2008, p. 41) evidenciam que:

À medida que se intensifica a exportação de madeira, a questão do desmatamento vem à tona. Leis e decretos são instaurados para regularizar o corte, transporte, exportação e reflorestamento no Rio Grande do Sul, fato que se reproduz em todos os estados com uma indústria madeireira representativa. A primeira metade do século XX testemunha o auge da indústria madeireira, especialmente daquela baseada na exploração da araucária, nos estados do sul do Brasil. Institutos e associações são criados por produtores e pelo governo, ordenando e, na medida do possível, controlando a exploração desse importante recurso nacional.

Conforme citado pelos autores, o controle da exploração, não impediu que empresas da região continuassem a promover o abate da araucária mediante a justificativa de que o replantio estaria ocorrendo. Na sequência da reportagem encontramos os dados de que diante das políticas de reflorestamento a empresa contava com 150.000 exemplares de araucárias, tendo sido plantadas 50.000 mudas. A reportagem destaca ainda que as “empresas madeireiras vem enfrentando nos últimos anos um problema sério quanto a obtenção de matéria-prima. Grandes reservas naturais estão se esgotando, enquanto o consumo aumenta”. Para solucionar o problema da falta de recursos naturais, a madeireira resolveu investir no reflorestamento em uma área de 30 hectares, inicialmente com plantio de *Pinus Americano*. No entanto, em 1981 os replantios foram realizados com araucárias, sendo a terceira etapa de reflorestamento efetuada em 1982, segundo a narrativa:

O reflorestamento cresceu e em 1982, numa 3ª etapa, já com a qualidade do *Pinus Americano* comprovada, mais de 420 hectares foram plantados, perfazendo um total de 1.150.000 pés plantados, sendo 150.000 de araucárias. Visando a permanente fonte de matéria-prima, tem por meta o plantio de 250.000 pés anuais. Para tanto formou viveiro próprio, com condições de suprir as necessidades da empresa e, ainda fornecer outros reflorestadores. Além da garantia de suprimento de matéria-prima, a Itacolomi gera no reflorestamento mão-de-obra para 60 famílias (Correio Vacariense, 1987).

As iniciativas da empresa em promover técnicas de reflorestamento, embora alicerçadas nas exigências da época, possuíam exclusivamente a pretensão de criar possibilidades para dar sequência a produção industrial. Não havia a preocupação de colaborar para o restabelecimento das vegetações nativas nas áreas devastadas e os investimentos buscavam encontrar alternativas que contribuíssem para o rendimento econômico da madeireira. Segundo comentado na reportagem, a exploração apenas de árvores exóticas não era suficiente para garantir o funcionamento das madeiras. Na figura 2 podemos visualizar um horto florestal da empresa Industrial Madeireira Ltda, em 1959.



Figura 2: Reflorestamento.

Fonte: Correio Vacariense (1987).

A foto apresentada pertence ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Segundo as informações descritas no verso, os pinheiros teriam cerca de dois a três anos de idade e pertenceriam a empresa Industrial Madeireira. Observa-se, assim, que o reflorestamento com araucárias deveria contribuir para o aproveitamento madeireiro devido ao esgotamento dos recursos naturais. Interessante destacar que todas as reportagens analisadas abordam o tema das madeiras enaltecendo o desenvolvimento econômico por elas promovido, sendo os posicionamentos sempre a favor do setor.

Podemos analisar os processos de transformações das paisagens resultantes da extração da vegetação nativa e a introdução de espécies exóticas como resultante de uma combinação de diversos fatores, sendo estes sociais, culturais e econômicos. As florestas eram consideradas como espaços a serem desbravados pelos grupos humanos, promovendo o que se considerava como inerente ao desenvolvimento do progresso. Os imigrantes italianos promoveram no final do século XIX o início da exploração, todavia, foi durante o século XX que as derrubadas se intensificaram aliadas as novas possibilidades de investimentos e tecnologias que facilitaram o processo de remoção e condução das madeiras industrializadas.

VACARIA NO FINAL DO SÉCULO XIX

O município de Vacaria no interior do Rio Grande do Sul, teve sua origem ligada ao tropeirismo, predominando até a primeira metade do século XX as atividades pecuaristas na região, com a presença

de fazendas destinadas a criação de gado bovino. Algumas dessas propriedades ocupavam extensas áreas, como exemplo podemos citar a fazenda do Socorro que teve sua origem através da carta de sesmaria entregue ao tropeiro José de Campos Bandemburgo. Até 1872 a fazenda pertenceu a José Joaquim de Ferreira (Inventário José Joaquim Ferreira, 1872), havendo nas terras mil quinhentos e oitenta e cinco reses, vinte e um bois, duzentos e onze novilhas, cento e doze cavalos, dois potros, cinquenta bestas, vinte éguas xucas, dezoito burros e cinquenta ovelhas. A figura 3 nos indica a localização de Vacaria no atual território do Rio Grande do Sul.



Figura 3: Localização atual do município de Vacaria.
Fonte: Abreu (2006).

As informações contidas no inventário *post-mortem* de José Joaquim Ferreira nos mostram que a propriedade abrigava uma grande quantidade de rebanhos, sendo esta sua principal atividade econômica. A descrição apresentada no Registro Paroquial de Terras de 1854 permite evidenciar que a fazenda de José Joaquim Ferreira abrangia uma significativa extensão territorial:

Eu abaixo assinado, sou senhor e possuidor de uma estância nesse distrito de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria, no lugar denominado Socorro, cuja estância é composta de várias partes de campos que por diversas vezes hei comprado a seus possuidores como consta das competentes escrituras que se acha em meu poder, esta estância ainda não foi medida, demarcada, e sua extensão será de duas sesmarias e meia, mais ou menos, suas divisas e confrontações são as seguintes: pelo lado do norte é sua divisa o Rio de Santa Ana, principiando no Passo da Serra do Pelotas e pelo mesmo arroio acima até onde faz barra o arroio Damaceno e por este acima fazendo divisa com o capitão Miguel Joaquim de Camargo, até um banhado que vai direto ao Porto que tinha no Capão D'Andorinha e dali segue por uma vertente abaixo que vai desaguar no Rio denominado Socorro [...]

Vila da Vacaria, 22 de setembro de 1854.

José Joaquim Ferreira (Registro Paroquial de Terras de Vacaria, 1854).

O documento nos permite perceber a predominância de vastos espaços naturais entre as divisas, sendo a propriedade privilegiada em fontes de recursos hídricos. Era comum que os fazendeiros buscassem ampliar seus domínios anexando terrenos contíguos ou adquirindo terras em outras localidades, o que fortalecia ainda mais a fortuna e o destaque social conferido as famílias. No momento do falecimento as terras eram partilhadas entre os herdeiros, permitindo o cuidado com a preservação do patrimônio familiar através da escolha de novos administradores. As famílias proprietárias de terras costumavam manter relações de reciprocidade, casando seus filhos entre si, estratégia que tinha como objetivo manter o patrimônio dentro do mesmo círculo social. Eram os escravos que realizavam as atividades domésticas, trabalhavam nas lavouras e lidas campeiras. As famílias mais abastadas possuíam um número maior de escravos, mas eles também estavam presentes em propriedades menores, auxiliando no trabalho.

Não havia naquele período grandes preocupações em explorar as áreas de matas, pois o modo de subsistência era baseado na presença dos campos que favoreciam as criações de animais. Nesse sentido, a grandiosidade da natureza se destacava diante de um contexto em que a retirada de madeira consistia unicamente no abastecimento necessário a manutenção das propriedades. O botânico Lindman que esteve no Rio Grande do Sul entre os anos de 1892 e 1893 relata sobre a região da Serra:

Esta parte do país possui primitivas matas virgens, da mesma categoria que a “mata de chuva” do Brasil tropical e parcialmente ainda intactas pela dificuldade que oferece o forte declive da serra em vários lugares. Causa por isso grande admiração ver essa mata abrir-se de novo e já, em alguns lugares do começo superior do declive no alto da serra, dar lugar a campos infintos como se a campanha continuasse cá, em cima do planalto (Lindman, 1974, p. 92-93).

A observação do viajante nos mostra que no final do século XIX as áreas de florestas ainda não haviam sido afetadas pela presença das madeireiras que se instalariam na região. Até a chegada dos colonizadores italianos e o surgimento das primeiras serrarias, as áreas florestais não eram motivo de interesse dos fazendeiros pecuarista que ocupavam os campos com seus imensos rebanhos de criação bovina. O estilo de vida dos fazendeiros era bastante simples, não havia nas casa nenhum requinte ou preocupação com comodidade. O viajante Saint-Hilaire que passou pelo Rio Grande do Sul entre 1820 a 1821 observou a simplicidade com que se vivia, acrescentando em seus registros que: “Várias vezes tenho assinalado a existência de homens muito ricos nesta capitania. Inúmeros são os estancieiros que dispõem de renda de até 40.000 cruzados. Todavia em suas casas, nada existe que anuncie uma tal fortuna (Saint-Hilaire, 1983, p. 225).

As áreas de florestas não atraíam a atenção dos fazendeiros que preferiam seguir o seu padrão de vida ligado as áreas de campos, desconheciam as técnicas de exploração da madeira, ao mesmo tempo em que viam a floresta como local de difícil acesso. Lindman (1974, p. 38) observou que o termo campo era bastante utilizado entre os moradores locais, segundo ele “o nome comum de ‘campo’ usa-se muito e tem razão de ser por causa do forte contraste que há entre a mata virgem (mato e capão) por um lado, e todas as formações sem matas, por outro lado (Lindman, 1974, p. 38). As observações de Lindman (1974) são muito interessantes, pois nos permitem compreender como eram compostas as paisagens antes da exploração madeireira. No entanto, precisamos considerar que algumas análises foram realizadas a partir do olhar do viajante, dentro de um contexto histórico e, portanto, merecem atenção. O conceito de mata virgem, por exemplo, ignora a presença dos povos originários que habitavam as florestas brasileiras há milhares de anos.

Na região de Vacaria, as interações entre povos indígenas e imigrantes mostram que ocorreram diversos embates em razão do interesse dos grupos italianos em explorar as matas nativas. Nesse sentido, cabe lembrar que os povos originários acabaram sendo submetidos à perda de suas terras e relegados à condição de aceitar as condições impostas pelos colonizadores, mas nunca deixaram de lutar pela defesa de seus territórios.

Os registros realizados em razão da Lei de Legitimação de propriedade de 1854 nos ajudam a compreender melhor a composição das paisagens do município de Vacaria durante o século XIX e o modo como os espaços eram organizados. Era comum que os fazendeiros mais abastados possuísem mais de uma propriedade e, por vezes, diversas terras em lugares diferentes. Manoel Ignácio Vieira, por exemplo, era possuidor de um pedaço de campo localizado no lugar denominado como Pinheiro Grosso, havido por compra de Maria Fernandes dos Reis. As terras tinham de comprimento “pouco mais ou menos meia légua, de largura outra mais ou menos”. Além do campo descrito, Manoel Ignácio Vieira era possuidor de “umas terras e matos por posse que nelas tem de sua agricultura no lugar denominado Serra das Antas, cujos cultivados terão pouco mais ou menos um quarto de lugar de comprimento e, meio quarto de légua de largura”. Os cultivos estavam sendo realizados há cerca de 5 anos, fato que levou Manoel Ignácio a buscar legitimar a sua posse de agricultura. As terras de cultivo próximo ao rio das Antas e Pelotas era bastante usuais entre os fazendeiros e encontramos diversos registros em que as roças eram feitas nessas localidades.

Segundo Cabral (1933, p. 77-78), um viajante militar de Porto Alegre, “Usavam-se, entre os fazendeiros mais abonados, o que tinha terreno de serra, fazer roça neles, ao mesmo tempo que se procurava abrigo para o gado de inverno, na costa dos matos serranos. Mas não eram muitos, e os invernos mais rigorosos matavam muito gado, de fome e de frio”. Saint-Hilaire (1983, p. 209) observou que “todos os proprietários cultivam a terra, ao mesmo tempo em que se dedicam à criação de gado. O dono da casa e seus filhos cuidam do gado e os negros tratam da plantação; contudo, nesta região ninguém se envergonha de trabalhar (Saint-Hilaire, 1983, p. 209). Os relatos dos viajantes evidenciam que haviam espaços de cultivos, sendo o cuidado com as lavouras parte das tarefas realizadas pelos trabalhadores nas fazendas, mas que diferentemente da atividade pecuarista esta não representava uma tarefa de interesse dos fazendeiros, plantava-se o necessário para a subsistência, ou quando não fosse possível comprava-se o que estava em falta. De acordo com Cabral (1933, p. 77):

Na Vila, as lides agrícolas eram insipientes ou nem isso, e toda a verdura, as hortaliças e as frutas exceto os marmelos e as silvestres eram trazidos de Caxias e Antônio Prado, pelo Tiosinho, pelo Cristalino, pelo Zanonato. Ninguém plantava um pé de couve entre os de origem lusa, não eram do ofício.

Conforme apontado pelo viajante não havia o costume de se despender muito tempo em atividades agrícolas, preferindo-se adquirir através da compra os produtos desejados, não sendo usual na região o entusiasmo pelo plantio. A chegada dos imigrantes constitui o início do desenvolvimento da agricultura como produto econômico, todavia até meados de 1930 prevalece na região as fazendas pecuaristas, embora muitos proprietários passem a arrendar os campos, por vezes até mudando-se para espaços urbanos mantendo a propriedade rural apenas como fonte de renda.

Embora a concentração de terras do século XIX provenientes das heranças de doações de sesmarias resultasse na presença de propriedades de grandes extensões, a análise de inventários *post-mortem* do início do século XX aponta a existência de diversas propriedades menores, com modestas heranças inventariadas. Tal fato indica que a valorização econômica das terras que ocorre com a passagem do Império para a República impulsionou a sua comercialização. A Lei de Terras, de 1850, evidencia a preocupação em estabelecer normas para a propriedade e a intenção de regularizar as sesmarias e posses, discriminando-as das terras públicas. “A demarcação das propriedades era necessária para diminuir as disputas pela terra, facilitar sua comercialização e dotar o Estado de maior conhecimento sobre a quantidade e localização das terras devolutas” (Ortiz, 2006, p. 48).

Não podemos esquecer também que durante o século XIX a necessidade de inventariar estava diretamente voltada aos grandes proprietários, diferentemente do início do século XX, em que as mudanças políticas levaram a necessidade de se proceder inventário para todas as heranças havidas. O Inventário de Juvencio Vieira Borges (1914), por exemplo, mostra que o mesmo deixou apenas alguns animais, entre os quais constam 3 vacas, 7 éguas, 8 ovelhas, 3 mulas e 2 cavalos, além da casa, ainda em construção, que somou 200 mil réis. Suas terras perfaziam 25 hectares, avaliadas por 600 mil réis. Um patrimônio singelo quando comparado aos grandes estancieros locais.

Quanto a composição das paisagens naturais, a presença de áreas florestais intercaladas com espaços de campo são características marcantes da região, assim como a biodiversidade de espécies da fauna e da flora. O geógrafo Rogério Haesbaert destaca a presença de espécies como timbaúba, o umbu, a figueira e o ipê, o pesquisador ressalta ainda que “Nos campos do planalto, entre os quais os da região de Vacaria são os mais característicos, aparece também a araucária ou pinheiro do paraná” (Costa, 1982, p. 53). A araucária foi uma das espécies mais afetadas pelas atividades madeireiras que se iniciam no final do século XIX e se intensifica durante o século XX. Relatos de viajantes que passaram pelo município antes da chegada dos madeireiros nos mostram as alterações nas paisagens resultantes da exploração florestal.

A própria região tinha profundas diferenças: os campos eram bordados de capões de puro pinheiro e árvores seculares, redondos, ornamentando a vastidão do campo. Era linda a paisagem toda, ainda natural, sem os artificios dos eucaliptos e dos pinus cultivados... E a cada mês de maio, recebia a visita alegre de “nuvens” de papagaios, palradores e barulhentos, em revoadas memoráveis que buscavam a serra recheada de secular pinheiral, com o seu chão atapetado de pinhões graúdos e saborosos. Não existiam os “madeireiros”, naquele tempo feliz (Cabral, 1933, p. 25).

Cabral, que visitou Vacaria no período de instalação das primeiras madeireiras comenta que as mudanças nas paisagens decorrentes dos impactos ambientais lhe causaram profundo descontentamento. Ele destaca principalmente a derrubada dos pinhais, entre as quais árvores seculares que dispensavam grandes quantidades de sementes (pinhões) que atraíam as aves que dele se alimentavam. O autor comenta sobre a presença de espécies exóticas de pinus e eucalipto e como estas causavam estranhamento entre a vegetação nativa, não sendo apreciadas pelo viajante. A paisagem anterior ao plantio de exóticas também foi observada e descrita por Lindman, (1974, p. 95-96) enfatizando a presença de exuberantes florestas de Araucárias. Segundo ele “o planalto do Rio Grande é uma continuação direta, manchado como é com grandes aglomerações de matas virgens (parte de árvores de folhas, parte de Araucárias), que na campanha são representadas apenas por capões” (Lindman, 1974, p. 95-96).

O registro paroquial de terras, realizado por Antônio Francisco Rodrigues em 19 de setembro de 1854 mostra a forte presença de pinheiros no antigo território de Vacaria que pode ser evidenciada na descrição das confrontações da propriedade. A narrativa permite ainda conhecer aspectos das paisagens:

[...]destes por um arroio direto a um capão redondo e deste capão por uma quebrada a um capãozinho donde nasce um banhado a fazer barra no lajeado que vem de uns pinheiros rasos e, subindo pelo lajeado acima a uns capões grandes e dos ditos capões um banhado que sobe a Serra Geral das Antas: por outro lado se divide com Alexandre José de Souza, subindo pela frente por um lajeado acima direto a um banhado, e do banhado direto a uma taipa e da taipa direto ao pinheiro alto e deste pinheiro direto a um capão que tem um pinheiro, e onde passa um arroio descendo pelo mesmo arroio abaixo até encontrar na Serra das Antas, faz fundo na mesma Serra Geral das Antas (Registro Paroquial de Terras de Vacaria, 1854).

A descrição de pinheiros se repete em diversas outras descrições de limites de propriedades, o que evidencia a importância a eles conferidas e ao mesmo tempo a abrangência das florestas de araucárias. Posteriormente quando o pinheiro passa a ser explorado comercialmente, os madeireiros começam a negociar com os proprietários, retirando as árvores compradas ou instalando suas serrarias nas áreas de matas. Com os acordos, os lucros eram partilhados entre os fazendeiros e os donos das serrarias. As delimitações da propriedade então pertencente a Antônio Francisco Rodrigues, indicam que a mesma adentrava uma área florestal, com presença de fontes de água e capões, espaços de matas cercados por campinas. Com a chegada dos imigrantes italianos a Serra das Antas passa a ser ocupada pelos colonizadores que aproveitam os recursos disponíveis para plantio.

DO PASTOREIO A INDÚSTRIA DA MAÇÃ: O CRESCIMENTO DOS POMARES NA REGIÃO

As derrubadas florestais aos poucos foram abrindo espaços para o desenvolvimento de práticas agrícolas, modificando drasticamente as paisagens e trazendo sérios prejuízos ao meio ambiente, disseminando o uso de agrotóxicos. Carlin (2019, p. 91) destaca que “à medida que as árvores eram postas ao chão, a terra devastada e os campos cediam espaço às lavouras de soja, trigo, milho, feijão, pomares de maçã e pecuária” (Carlin, 2019, p. 91). Na região de Vacaria, a extração da madeira seguiu-se até o esgotamento dos recursos naturais, momento em que os madeireiros passaram a praticar o reflorestamento, buscando dar prosseguimento a atividade econômica. O pesquisador Jó Klanovicz (2007), que estudou as transformações das paisagens ocorridas a partir do estabelecimento dos pomares de maçã no sul do Brasil destaca que:

As últimas cinco décadas presenciam devastações de algumas espécies de árvores nativas, reflorestamento com essências florestais exóticas, drenagem de grandes extensões de terra para fruticultura, movimento de máquinas e pessoas e, conseqüentemente, movimento e dinâmica de populações não-humanas, tais como fungos ou animais silvestres e domésticos (Klanovicz, p. 36).

Como evidenciado pelo pesquisador, as dinâmicas de transformações se intensificam rapidamente provocando grandes alterações que tem início com a invasão dos espaços florestais, inserção de espécies exóticas e o desenvolvimento de espaços monocultores de diferentes gêneros agrícolas e frutíferas. Com a escassez de recursos florestais para a exploração madeireira e os conseqüentes espaços abertos, as novas possibilidades de ocupação do solo trouxeram novas perspectivas para a ampliação das atividades agrícolas.

Entre os destaques de cultivados que se inseriam nas novas perspectivas econômicas figuravam o plantio de frutíferas, entre as quais a maçã vinha se destacando, por merecer espaço no mercado comercial, em razão de sua grande receptividade pelo público consumidor. Klanovicz (2007, p. 38) ressalta que “A partir da década de 1970, o regime acelerado de plantio de pomares transformou espaços naturais - com maior agressividade em Fraiburgo e em Vacaria, e com menor, porém não menos importante em São Joaquim” (Klanovicz, 2007, p.38).

Atualmente o município de Vacaria tem como um de seus principais pilares econômicos o cultivo da maçã, que reúne trabalhadores de diversas localidades, que buscam na época de colheita uma fonte de renda. A criação de pomares na região teve início por volta de 1973, de acordo a revista Vacaria dos Rodeios, publicada em 1976, onde encontramos a seguinte informação “Cronologicamente a fruticultura em Vacaria nasceu em 1973, com o plantio de 22 variedades, que tinham apresentado bons resultados de cultivo e comércio em Fraiburgo, Santa Catarina”. A reportagem publicada na revista intitulada A Grande Revista (1984) destaca o nome de pessoas que teriam sido os pioneiros do cultivo da maçã em Vacaria são eles, Luis Baldin, Dante Baldin, Joaquim Capra, Angelim Pegoraro e Aldrovando Guazzelli.

A introdução do cultivo da maçã, de acordo com a reportagem publicada, ocorreu através da verificação de que a frutífera se adapta ao clima temperado com boas condições de produtividade, adequando-se, portanto, as condições climáticas do município. No entanto, diversos experimentos foram realizados para garantir que a produtividade na região seria adequada. A revista Vacaria dos Rodeios, publicada em 1976 salienta que a maçã “é a fruta de clima temperado mais produzida no mundo, sendo bem aceita e consumida”, o que justifica a escolha da frutífera como investimento que já estaria atraindo grupos nacionais e estrangeiros. O então prefeito, Marcos Palombini, de acordo com informações da revista Vacaria dos Rodeios (1976), “instalou o primeiro viveiro (300 mil mudas) para a firma Mudelândia S.A., de Fraiburgo, SC”, sendo o agrônomo Roger Biau, um dos responsáveis pelo experimento do plantio de frutíferas na região. Em seus estudos Klanovicz (2007, p. 107) destaca que:

Para condução das experiências com mudas das mais diversas fruteiras de clima temperado no pomar da Safra, foi contratado um agrônomo franco-argelino, chamado Roger Biau, que também deixou a Argélia devido à situação em que o país atravessava, já havia trabalhado por mais de 10 anos na propriedade da família Evrard na Argélia.

O agrônomo, segundo informações da revista Vacaria dos Rodeios seria um francês naturalizado brasileiro, que atuava em Santa Catarina, tendo sido contratado pelo prefeito Palombini para a “implantação da fruticultura moderna em Vacaria”. As espécies de maçã que inicialmente passam a ser cultivadas em Vacaria são a Golden Delicious, além de Red Delicious e das híbridas desta, Royal Red Delicious e Red Spur. A Revista Vacaria dos Rodeios (1976) enfatiza que estas seriam “as frutas mais procuradas pelo consumidor internacional [...] resultando daí a necessidade de implantá-las aqui por razões de mercado. Atualmente, já estão plantadas cerca de 90 mil árvores, tendo as mais velhas um ano de idade” (Vacaria dos Rodeios, 1976). Os pomares se expandem rapidamente tendo em vista a lucrativa da comercialização aliada a adequação da frutífera ao solo e clima da região. A revista Vacaria dos Rodeios mostra que em 1976 a produção de maçã alcançou grande destaque, sendo um dos principais investimentos dos produtores locais.

De acordo com a reportagem a área total de macieiras perfazia 1.800 hectares cultivados no município, com um número superior a 2 milhões de plantas distribuídas entre 120 produtores. A área média cultivada por produtor seria de 15 hectares, possuindo o maior pomar 300 hectares e o menor 1 hectare, sendo que destes cerca de 1.000 hectares estaria em plena produção, ou seja, efetivamente gerando excedentes. De acordo com as informações trazidas pelo mesmo texto, um pomar atinge sua produção máxima a partir do 8º ano, o que dificultaria uma análise mais aprofundada por serem os pomares naquele momento de idades diferenciadas. Em citação descrita pela revista Vacaria dos Rodeios (1976) o agrônomo Roger Biau, relata que as primeiras árvores de maçã foram plantadas na região de Fraiburgo em 1963 e que em 1976, o rendimento chegava a 42 quilos por árvores ou 42 mil por hectares. Biau ressalta ainda que uma produção bem conduzida alcança seu auge depois de 8 a 10 anos, sendo que “um pomar tratado a capricho e com boa técnica, chega a produzir durante 50 anos” (Vacaria dos Rodeios, 1976, p. 56).

Considerando o ano da introdução da frutífera no município de Vacaria, que teria ocorrido por volta de 1974 como produto efetivo, podemos evidenciar um rápido avanço em investimentos, que se refletem no aumento das áreas de cultivo. Em entrevista, Roger Biau destaca ainda os benefícios do cultivo da maçã, dizendo que “normalmente, depois de três anos, as árvores começam a produzir. Inicia com um rendimento de 4 a 6 quilos por pé, passando no quarto ano de 12 a 15 quilos” (Vacaria dos Rodeios, 1976, p. 56). Nesse sentido, a produção de maçã se destaca como um investimento lucrativo, que traria retornos significativos em um curto período de tempo. Biau compara a produção local com a Europeia e afirma que apesar da produção não ter alcançado o padrão europeu, em breve seria possível atingi-lo, segundo explica: “Devo dizer que ainda não chegamos as produções da Europa, pois nossos pomares são muito jovens. As primeiras árvores foram plantadas em 1963 na região de Fraiburgo e este ano já conseguimos rendimento de 42 quilos por árvore ou 42 mil quilos por hectare” (Vacaria dos Rodeios, 1976, p. 56). Quanto ao modo de plantio, Biau refere que o modelo adotado tem como base o sistema de alta concentração, com cerca de 1.000 árvores por hectare. A Grande Revista destaca ainda que, em 1974, os produtores do município participaram de exposições entre plantadores, demonstrando a expressividade de seus pomares:

Dante Baldin valoriza o seu trabalho, tanto que mesmo tendo iniciado em 1974, já em 1977 tirava o 1º lugar em Caxias do Sul, numa exposição realizada naquela cidade. Plantando principalmente a Gala, mas possuindo alguns enxertos de Fuji, Dante Baldin, dez anos depois de ter iniciado em trabalho que lhe era totalmente desconhecido, espera colher entre 350 a 400 mil quilos de maçã, vendendo a um preço médio de 250 a 300 cruzeiros o quilo, principalmente para o centro do país (A Grande Revista, 1984, p. 16).

Conforme a reportagem, as produções inicialmente eram encaminhadas para o Rio de Janeiro e São Paulo, de onde eram comercializados a partir das demandas que surgiam, não havendo mercado consumidor definido até então. Os valores de comercialização variavam entre 250 a 300 cruzeiros ao quilo. Para o ano em que a entrevista foi concedida o produtor Dante Baldin esperava colher cerca de 350 a 400 mil quilos de maçã, o que demonstra a expressividade do cultivo (A Grande Revista, 1984, p. 16). Os novos plantios tinham como finalidade propiciar o aproveitamento das terras disponíveis, tornando-as produtivas, considerando o fato de que não havia mais recursos naturais a serem explorados livremente, como acontecia no início das atividades madeireiras.

O cultivo da maçã, nesse sentido, viria suprir a necessidade de estabelecer alternativas para o desenvolvimento econômico da região, levando em conta a necessidade de novos investimentos. A produção de maçã, conforme evidenciado pelas narrativas jornalísticas, representava uma opção interessante para os pequenos produtores rurais, que buscavam ampliar os seus negócios, com o aproveitamento das áreas agricultáveis. Costa (1982, p. 58-59) destaca que:

O espaço social gaúcho, a “natureza humanizada” do Rio Grande do Sul, foi forjada dentro das relações socioeconômicas do sistema capitalista de produção. Manifesta, portanto, diferenciações espaciais cuja efetiva explicação só é possível quando recorremos às características específicas com que se deu a reprodução no modo capitalista de produção em seu território, e não apenas às peculiaridades naturais (encaradas comumente como fator “geográfico” por excelência) ou à abstração formal de seu “quadro social” (Costa, 1982, p. 58-59).

Nesse sentido, o processo de transformação das paisagens no território atualmente ocupado pelos pomares de maçãs, pode ser percebido como reflexos da sociedade capitalista que se estabelecia através de novos projetos voltados ao cultivo fruticultor. Todavia, as mudanças nos espaços físicos refletem não apenas o modelo econômico de ocupação dos solos ou extração de recursos naturais, mas também as mudanças das mentalidades, que ocorrem juntamente com o processo de reconfiguração de usos e costumes dos ambientes. As paisagens são parte integrante da cultura e através dela se constroem narrativas, conceitos e entendimentos das realidades vivenciadas. Conforme assinalado por Klanovicz (2007), a história da pomicultura não está ligada apenas a análise das transformações ambientais, mas aos diferentes modos de pensamentos que motivaram essas alterações. O plantio de maçãs não representou apenas o surgimento de uma nova atividade econômica, sendo seus reflexos evidenciados na alteração dos modos de vida das populações que vivem nas áreas próximas aos pomares. Por esse viés Klanovicz (2007, p. 40) salienta que

O quadro da pomicultura liga-se, evidentemente, a construções mentais de grupos sociais que produzem narrativas, mapas, depoimentos, imagens, anotações técnicas, e se refletem na formulação de códigos de leis ou identidades. Por outro lado, vincula-se a uma história natural onde territórios físicos foram e são transformados, onde florestas ou campos dão lugar a plantações de árvores frutíferas e onde máquinas e outros equipamentos produzidos pela mão humana interagem, alteram e são alteradas por populações não-humanas.

Conforme ressaltado pelo autor, as alterações ambientais são moldadas pelas sociedades ao mesmo tempo em que se convertem em reflexos da própria formação de identidades, pertencimentos, modos de vida e costumes. Para as famílias que dependem dos pomares como alternativa de emprego e renda as vivências se moldam as rotinas em torno da rotatividade de funções para cuidados com as macieiras. Por vezes, os cuidados exigidos excedem ao período diurno e levam muitas famílias a trabalharem em empresas em períodos noturnos, principalmente nas chamadas “esteiras” onde as maçãs são selecionadas.

Embora o pomar represente uma alternativa de renda para muitas famílias, os riscos para a saúde afetam toda a comunidade exposta a presença de agrotóxicos, facilmente percebido pelo odor quando dispersados pelas máquinas pulverizadoras. O trabalho nas safras da maçã movimenta para o município um grande número de trabalhadores, que buscam uma oportunidade de renda, retornando para seu local de origem finalizado o período de colheita. Os trabalhadores contratados para permanência são os mais afetados pelo constante manuseio de agrotóxicos e fertilizantes ou por inalação do produto, pulverizado sobre as plantas durante vários períodos do ano.

No entanto, além dos trabalhadores, toda a população que reside próximo aos pomares acabam sendo atingida. Sobre esse aspecto Klanovicz (2007, p.36) explica que “trabalhadores diretos e indiretos constroem experiências, elaboram perspectivas, manifestam suas concepções acerca de seus mundos e da relação de suas vidas com o entorno, no tempo e no espaço” (Klanovicz, 2007, p. 36).

Evidencia-se, desse modo, que a estruturação das paisagens nos permite compreender não apenas o modo como os grupos humanos alteraram os espaços ambientais, mas também as adaptações necessárias para conviver nestes espaços, adequando-se as realidades vivenciadas. No caso do cultivo da maçã, cabe ressaltar que os benefícios ficam a cargo dos grandes empresários que comercializam o produto, considerando um mercado selecionado. Assim, as maçãs mais bem cuidadas não ficam no município, que recebe para comercialização interna os produtos menos aptos a serem aceitos pelo mercado externo. As comunidades que residem em locais próximos aos pomares, ou mesmo os trabalhadores que moram em seu interior precisaram habituar-se com as dinâmicas de produção e suas rotinas. De modo que, os danos causados a saúde das populações locais e os sérios problemas ambientais que afetam as áreas de cultivo, são consequências diretas de uma atividade econômica que transformou fortemente as paisagens dos Campos de Cima da Serra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar de que modo as paisagens são modificadas entre o final do século XIX e decorrer do século XX no município de Vacaria, evidenciando os processos de exploração de recursos aliado ao desenvolvimento de práticas econômicas. Destaca-se o processo de exploração madeireira proveniente da introdução de novas técnicas de cultivo agrícolas e aproveitamento da madeira a partir da chegada dos imigrantes italianos. Entre as espécies mais afetada está a *Araucaria angustifolia*, conhecida popularmente como Pinheiro do Paraná, explorada sem precedentes por ser considerada uma madeira de ótima qualidade.

Atualmente, os impactos resultantes das atividades madeireiras na localidade refletem a ausência de cuidado na preservação da espécie, além da falta de consciência ambiental, quando frequentemente encontramos notícias de pinheiros sendo derrubados ilegalmente na região. A introdução das espécies exóticas, que viriam a suprir o déficit do mercado madeireiro ocasionaram diversos prejuízos ao meio ambiente, favorecendo a perda da vegetação original e forjando uma nova paisagem antrópica. As reportagens divulgadas pelo jornal *Correio Vacariense* evidenciam que as iniciativas de reflorestamento possuíam um viés capitalista e que mesmo o replantio de pinheiros era realizado com o propósito de abate.

Analisamos também a introdução e o desenvolvimento dos pomares de maçã no município e seus impactos na natureza e sociedade, destacando as implicações decorrentes do uso de agrotóxicos e outros produtos que afetam a saúde da população, favorecendo também a contaminação do solo. Com relação ao desenvolvimento das práticas agrícolas destaca-se os impactos para o patrimônio natural, provocado pelas práticas de derrubada e queima para abertura de espaços para plantio. Atualmente, embora existam leis para impedir o avanço dos produtores rurais, diversas áreas de matas e campos nativos continuam sendo invadidos para a ampliação de lavouras.

REFERÊNCIAS

- AB' SABER. Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Atêlie Editorial, 2021.
- BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens americanas: imagens e representações do Wilderness. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 43-53, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/6315>. Acesso em: 02 nov. 2025.
- LINDMAN, Carl Axel Magnus. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- CABRAL, H.B. *A vila de Vacaria em 1933*. Passo Fundo: Padre Berthier, 1988.
- CABRAL, Diogo de Carvalho; CESCO, Susana. Notas para uma história da exploração madeireira na Mata Atlântica do Sul-Sudeste. *Ambiente & Sociedade*. Campinas v. XI, n. 1, p. 33-48, jan./jun. 2008.
- CARLIN, Janete Chaves. *Entre campos e florestas: transformações da paisagem no município de Palmas/PR (1950 a 1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações*. Dissertação (Mestrado em História), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006
- COSTA, Rogério Haesbaert da. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- CORRÊA, Dora Shellard. História ambiental e a paisagem. Belo Horizonte, Centro Universitário da FIEO (UNIFIEO), v. II, fev. 2013, p. 47-69.
- GERHARDT, Marcos. Os caboclos e a história da paisagem. In: ZARTH, Paulo A. (Org.). *História do campesinato na Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.
- KLANOVICZ, Jó. *Natureza corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no Sul do Brasil (1960-1990)*. Tese (Doutorado em História), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade, 1850-1889)*. Dissertação (Mestrado em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006.
- ROSSI, Esther Mayara Zamboni; NODARI, Eunice Sueli. Campos de Altitude no Rio Grande do Sul: migrações, indústria madeireira e meio ambiente. In: 2º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, 2012, Florianópolis. *Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações*, 2012.
- ROSSI, Esther Mayara Zamboni; MORETTO, Samira Peruchi; NODARI, Eunice Sueli. Paisagem e memória: a transformação dos Campos de Altitude no Rio Grande do Sul, século XX. In: XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça, 2012, Rio de Janeiro. *Anais do XI Encontro Nacional de História Oral Memória, Democracia e Justiça*, 2012.
- VIEIRA, Euripedes Falcão. *Rio Grande do Sul: geografia da população*. Porto Alegre: Sagra, 1985.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Garnier, 2020.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, Althen. *Lavouras de Destruição: a (im)posição do consenso*. Pelotas: Publicação independente, dez. 2009, p. 249-295. Disponível em: <https://gerhardt.pro.br/doc/2009-lavouras-destruicao.pdf>. Acesso em: 02 out. 2025.

Fontes

ABREU, Raphael Lorenzeto de. Map Locator of Rio Grande do Sul's Vacaria city. *Wikipédia*, 6 set. 2006.

APERS. Registro Paroquial de Terras de Vacaria, 1854.

INVENTÁRIO José Joaquim Ferreira/ 1872 (1º e 2º volumes). Ano: 1872. Autos: 90. Estante: 119. Maço: 3. Vacaria, Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.

INVENTÁRIO Ignácio Manoel Velho. Inventariante: Maria Ignácia de Souza Velho. Ano: 1875. Autos: 100. Maço: 3. Estante: 119. Vacaria, cartório de órfãos e ausentes. APERS.

INVENTÁRIO de Juvencio Vieira Borges. Ano: 1914. Autos: 665. Vacaria, Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.

CORREIO VACARIENSE. Reflorestamento. Vacaria, 24 jan. 1987.

PEGORARO, Andréa Pagno. Campos e matas com a presença da Araucária. *Acervo da Autora*, 2022.

VACARIA DOS RODEIOS. *Fruticultura: uma nova opção em Vacaria*. Vacaria, 1976, p. 56.

A GRANDE REVISTA. *Vacaria dos Rodeios e dos Pomares Bela Ischia Frutas*. Ano 1. Produção Firmo Carneiro, dez. 1984.